

# MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO ESPÍRITO SANTO

---

**Winifred Knox**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: winknox@hotmail.com

**Rafaela de Moraes Firme**

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: rafaelademoraesfirme@yahoo.com.br

**Resumo:** Trataremos neste artigo de refletir sobre o papel social das mulheres pescadoras em duas comunidades pesqueiras intensamente modificadas nos últimos anos. A metodologia utilizada é fundamentalmente qualitativa. Esperamos mostrar a forma como os principais problemas ambientais da atividade pesqueira se interconectam com a questão de gênero entre as pescadoras nas localidades pesquisadas.

**Palavras-chaves:** pesca artesanal; pescadoras; impactos ambientais.

**Abstract:** This article reflects on the social role of female fishers in two fishing communities intensively affected in recent years. The methodology used is basically qualitative. The conclusions show how the main environmental problems of fishing activity are interconnected with gender issues among female fishers in different locations.

**Palavras-chaves:** artisanal fishing; female fishers; environmental impacts.



## Introdução

Este artigo, que se insere no cruzamento de dois campos de estudo – o das questões de gênero e o do meio ambiente –, toma a atividade pesqueira litorânea e as pescadoras inseridas nesta atividade como o principal foco. Trabalharemos com duas hipóteses básicas. A primeira é a de que as mulheres, apesar de exercerem um papel de relevância na atividade pesqueira, não desempenham um papel importante nas relações sociais e de poder. Ou seja, por diversas razões relacionadas aos papéis que lhes são socialmente determinados na esfera familiar, elas não se posicionam na vanguarda das decisões na esfera produtiva.

A segunda hipótese é a de que os(as) pescadores(as) artesanais, apesar de serem fortemente responsabilizados(as), por diversos atores, pela degradação dos recursos marinhos disponíveis próximos à costa, têm uma clara percepção das mudanças ambientais referentes ao meio marinho e, principalmente, estão conscientes de que estas mudanças têm causas que não estão relacionados às suas atividades laborativas.

Neste artigo, trabalharemos as narrativas femininas da localidade de Ilha das Caieiras e da praia de Itapoã. A Ilha das Caieiras se localiza a noroeste da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. A Ilha faz parte da região da Grande São Pedro, sendo rodeada pelo rio Santa Maria e pelo manguezal da baía de Vitória. A praia de Itapoã, que faz parte da orla litorânea da cidade de Vila Velha, se situa depois da praia da Costa e começou a ser intensamente urbanizada nos últimos anos.

## Breves discussões metodológicas

O que vamos relatar neste artigo se baseia no trabalho realizado, no ano de 2012, no âmbito do projeto de extensão intitulado *Oficinas de Pescadores e pescadoras: associativismo e direitos sociais entre pescadores e pescadoras*, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e do projeto de pesquisa *Desenvolvimento e impactos socioambientais na área litorânea: um estudo nas vilas pesqueiras*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes).

O processo de pesquisa se caracterizou pelo trabalho de campo e pela organização do material em um banco de dados depositado no Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento do Espírito Santo (GEPPEDES) da Ufes. Por priorizarmos a metodologia qualitativa, realizamos entrevistas semiestruturadas que foram feitas durante as idas ao território da investigação. Tais idas, por sua vez, compreenderam três fases distintas.

A primeira fase incluiu a preparação das oficinas nos locais onde elas se realizaram. Nesta fase, pescadores e pescadoras eram convidados e mobilizados e, muitas vezes, entrevistados. A segunda fase englobou a realização efetiva das oficinas. Elas duraram entre 3 e 5 horas. Em alguns lugares retornamos outras vezes para mais entrevistas, captura de mais imagens e coleta de mais material. A terceira fase aconteceu muitos meses depois do término da segunda. Ela incluiu o retorno à comunidade com o material organizado em forma de folders impressos; a apresentação do livro *Imagens da Pesca no Espírito Santo*, que trazia um levantamento geral das 10 comunidades onde fizemos as oficinas; e a apresentação do documentário *Tradições à deriva*.<sup>1</sup>

Em 2015, foi realizado outro videodocumentário, denominado *(Des) embarco: paradoxos do cotidiano na pesca artesanal em Itapoã*, o qual retrata questões relativas à comunidade pesqueira da praia de Itapoã, trabalhadas neste artigo.<sup>2</sup>

Entre a segunda e a terceira fase, realizamos na Ufes o trabalho com o material coletado, o qual era constituído pelas transcrições das entrevistas e das oficinas. O momento seguinte foi de organização das imagens e dos áudios e da escolha de um software para trabalhar com uma grande quantidade de dados qualitativos. Depois de escolhido o software, começamos um trabalho de categorização e subcategorização de temas, questões e problemas. O trabalho em cada região geográfica formava uma unidade hermenêutica.

O que vamos apresentar aqui foi extraído de duas unidades hermenêuticas: a da Ilha das Caieiras e a da praia de Itapoã. Em ambas, é intensa a presença de mulheres pescadoras, o que nos fez subdividi-las em outra unidade hermenêutica que denominamos *gênero e pesca*.

## Um pouco de história

A Ilha das Caieiras tem sua história relacionada à pesca. Por volta da década de 1920 ela começou a ser habitada por migrantes do vale do rio Santa Maria, vindos para trabalhar na fábrica Boa Esperança. Esta fábrica dedicava-se à exploração das conchas de ostras para a produção de cal e era propriedade do português José Lemos de Miranda. Ao longo do século XX a Ilha das Caieiras se manteve como uma comunidade pesqueira. Rodeada por mangue, nela abundava o siri que era bastante utilizado pelas famílias na alimentação. A

---

1 <Atualmente disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=cu\\_k9ONDoEg](https://www.youtube.com/watch?v=cu_k9ONDoEg)>.

2 Atualmente disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=g6ZSceWV510>>, é um dos resultados do projeto de Maira Tristão, denominado *Etnografando com o audiovisual*.

demanda comercial de siri desfiado, por muitos anos, foi quase inexistente e somente se ampliou, de forma gradativa, para atender aos restaurantes e peixarias da região de Vitória e seu entorno, a partir de meados dos anos 1960.

Na década de 1970 a Ilha das Caieiras sofreu uma enorme transformação quando o mangue, atravessado pela antiga Estrada do Contorno, começou a ser aterrado por lixo e ocupado por barracos das pessoas que para lá migravam maciçamente. Este aterramento foi analisado em estudo realizado por Alves (2004), o qual expõe o seu grande impacto ambiental nos mangues de Vitória. Também relata esta história o vídeo denominado *Lugar de toda pobreza*.<sup>3</sup>

A diminuição dos espaços de mangue, a sua contaminação e o progressivo fechamento da entrada da baía da ilha de Vitória pelo Porto de Tubarão e pelos navios cargueiros de minério ali aportados são, segundo os pescadores, as causas para a diminuição do pescado na região de Ilha das Caieiras.

Em fins da década de 1990, a prefeitura de Vitória realizou um intenso trabalho com as mulheres pescadoras da região. Chegou a ser organizada a *Cooperativa Desfiadeiras de Siri* e aberto o *Restaurante da Cooperativa*, que cumpriam a função de divulgar a carne do siri e o trabalho das desfiadeiras. Ambos, contudo, não funcionaram por muito tempo.<sup>4</sup>

Em Itapoã – território cuja origem data de meados do século XIX – a história é um pouco diferente, pois lá os pescadores trabalham na costa oceânica. O bairro Itapoã está situado no município de Vila Velha, distante cerca de 13 km de Vitória. Também tem sua história ligada à ocupação por pescadores e à atividade pesqueira. As narrativas abaixo, de pescadores, tratam do passado, do presente e das perspectivas futuras do bairro.

**E.:** Itapoã todinha é de pescadores, não tinha um prédio ali, era só casa. Barraco, só barraco.

**M.:** Tinha mais de 200 famílias, há uns 20, 30 anos atrás. Hoje, se tiver 30 é muito. Tão tentando ficar, né? Porque daqui pra frente a gente não sabe o que vai acontecer, porque a pressão é muita. Imobiliária, prefeitura. E é aonde eles querem tirar o pescador, porque acabando com a pesca ali, fica mais fácil comprar a casa da gente.

**M.:** Eu acho que tem umas 30 famílias. Porque muitos já saíram dali; muitas venderam suas casas. Alguns até morreram de desgosto. Acharam que o dinheiro era muito, iludidos. Entendeu?

3 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QyK-yusEtaY>>.

4 A rentabilidade do siri, sob a forma desfiado, se dá pelo seu uso na culinária do Espírito Santo, pois ele é o ingrediente central das famosas *tortas capixabas*. O valor agregado de capital é inserido pelo trabalho realizado no processamento da desfição do siri. Esse processamento gerou uma alternativa de renda que fortaleceu a cadeia produtiva da venda do siri, provocou uma modificação de hábitos e levou à criação de grupos de trabalhos para a sua desfição na Ilha das Caieiras.

A sua beleza oceânica encanta a todos e aguça a ambição dos empreendedores do setor imobiliário. A área que compreende o traçado original da antiga vila de pescadores encontra-se atualmente ocupada por edifícios residenciais de luxo concluídos ou em construção. Também devemos dizer que está em curso um processo de invisibilização dos pescadores moradores na beira-mar da praia de Itapoã, processo no qual a história do local vai sendo apagada e refeita pela nova ocupação residencial da praia.

### Quem são estas mulheres?

Foram utilizadas falas dos depoimentos de 11 entrevistadas, sendo 7 de Itapoã e 4 da Ilha das Caieiras. Na Ilha das Caieiras as entrevistas foram individualizadas. Já em Itapoã apenas uma entrevista foi individual e as outras foram feitas de forma coletiva quando da realização de uma oficina na sua associação de moradores. Isso se explica pelo fato de que em Itapoã a oficina não teve a participação masculina, embora os homens tenham sido convidados. Assim, a oficina, que foi realizada apenas com pescadoras, forneceu material específico sobre as mulheres envolvidas na atividade pesqueira, fato que não aconteceu com a oficina em Ilha das Caieiras, que teve presença mista e na qual as mulheres compareceram em menor número do que os homens.

Nas entrevistas individuais seguiu-se um roteiro que versava sobre histórias de vida, a memória do lugar, a memória da pesca de antigamente, a atuação feminina na pesca, formas de organização, as mudanças na pesca, os principais problemas enfrentados, a atuação das mulheres e as principais soluções sugeridas.

**Tabela 1- Nome, local de moradia, idade, profissão e posição na família das pescadoras pesquisadas**

NOME	LOCAL	IDADE	PROFISSÃO	CHEFE DE FAMÍLIA
1-Adriana	Itapoã, Vila Velha	32	Pescadora artesanal	Sim
2- Clarice	Itapoã, Vila Velha	52	Pescadora artesanal	Sim
3-Dona Quilda	Ilha das Caieiras, Vitória	74	Desfiadeira de siri	Não, complementa a renda do marido
4- Eliane	Ilha das Caieiras, Vitória	S/ informação (Mais de 50)	Dona de restaurante	Sem informação

5- Eliete (Lelete)	Ilha das Caieiras, Vitória	49	Pescadora artesanal	Sem informação
6- Josiane	Itapoã, Vila Velha	30	Pescadora artesanal	Não
7- Mariana	Itapoã, Vila Velha	22	Pescadora artesanal	Não
8-Marluce	Itapoã, Vila Velha	38	Pescadora artesanal	Sim
9- Rafaela	Itapoã, Vila Velha	32	Pescadora artesanal	Não
10- Sandra	Itapoã, Vila Velha	43	Pescadora artesanal	Sim
11- Simone	Ilha das Caieiras, Vitória	S/informação	Marisqueira	Sim

Fonte: Banco de dados do GEPEDES.

A maioria delas tem entre 30 e 50 anos de idade, exceto Dona Quilda, uma senhora de mais de 70 anos, e Mariana, que tem 22 anos. Majoritariamente, se consideram pescadoras artesanais. Três delas especificaram sua categoria na cadeia produtiva da pesca artesanal como marisqueira ou desfiadeira e uma como cozinheira de pescado.

Sobre a questão da participação que elas têm nos rendimentos provindos desta atividade, cinco se definiram como responsáveis pelos rendimentos de sustento da família. Três se consideram colaboradoras da renda familiar e, por este motivo, não se consideram *chefes de família*.<sup>5</sup>

A maioria delas é casada e tem filhos. Aquelas com mais idade tendem a ter uma família mais numerosa, com mais filhos. As mulheres mais idosas, como Dona Quilda, acompanharam um modelo familiar no qual o número médio de filhos era acima de 5 e a mulher não trabalhava fora para se dedicar integralmente à família. Esse modelo passou por significativas mudanças nos últimos 30 anos, gerando uma diminuição do número de membros que constituem as famílias brasileiras. Contribuíram para isso transformações culturais, educacionais e tecnológicas que possibilitaram o controle da natalidade pelas mulheres, principalmente por meio dos métodos contraceptivos.

5 Por *chefe de família* compreende-se a autoidentificação das mulheres acerca da capacidade representativa legal e financeira de seus filhos e família.

Tabela 2- Estado civil e número de filhos entre as pescadoras entrevistadas

NOME	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS
Adriana	União estável	3
Clarice	Casada	5
Dona Quilda	Casada	8
Eliane	Sem informação	3
Eliete (Lelete)	Casada	4
Josiane	Solteira	0
Mariana	Solteira	0
Marluce	Casada	3
Rafaela	Casada	2
Sandra	Viúva	4
Simone	Casada	2

Fonte: Banco de dados do GEPEDES/UFES.

### Narrativas sobre o trabalho feminino na pesca

O trabalho feminino na pesca na Ilha das Caieiras acontece como uma parceria não simultânea e complementar entre mulheres e homens na unidade produtiva familiar. A maioria delas não vai pescar, fazendo a desfiação do siri em casa, que começa quando o pescado chega trazido pelo marido, filhos ou parentes. Culturalmente cabe a elas, às vezes *longe do olhar dos vizinhos*, desfiar, embalar e comercializar o siri desfiado. Podem, ocasionalmente, ter a cooperação discreta de filhos em algumas atividades.

Geralmente, os homens pescam sem a presença das mulheres e a desfiação é feita por elas sem a presença dos pescadores. Porém, há variações nas relações sociais de produção nesta cadeia produtiva – em alguns momentos, verifica-se a participação dos homens na desfiação do siri em casa – que conferem à divisão sexual do trabalho alguma flexibilidade.<sup>6</sup> Os pescadores, enquanto chefes da família, além da renda principal, trazem o pescado para as mulheres. Mas há situações em que é possível observar a inversão deste modelo. Isso ocorre quando elas são contratadas para trabalhar em barco de propriedade feminina. Trata-se de situação excepcional, contudo, pois existe apenas uma proprietária na localidade.

O trabalho com o siri consiste na sua coleta no mangue e na sua desfiação. Há desfiadeiras realizando o processamento individualmente, mas há também

<sup>6</sup> De modo geral, o rendimento desta atividade é encarado como uma complementação da renda mensal.



quem o faça em grupo. O processamento é realizado da seguinte maneira: depois de pescado, o siri é separado em caixas e vendido para as desfiadeiras. Cada desfiadeira compra sua caixa logo pela manhã, quando o pescador chega vindo do barco. Elas se colocam em fila e preparam o fogão, geralmente comunitário, colocando lenha no fogo e água para ferver. Então, caixa a caixa, o siri é cozido por cerca de 30 minutos ou depois que chega ao ponto de fervura, permanecendo mais 15 minutos no fogo. Após o cozimento, ele é jogado em uma nova água de temperatura fria e começa-se o desfilio. Em um tableiro elas colocam o siri e um pote vazio. Com a ajuda de uma faca pequena quebram as patas, as puas e a carapaça e tiram a carne, depositando-a no pote. Assim que o pote enche, geralmente com 1 quilo, o siri é armazenado em sacolas plásticas e preparado para o congelamento.

Na praia de Itapoã, o trabalho feminino consiste na pesca com os maridos nos barcos que vão até as ilhas mais próximas da praia e no posterior processamento dos mariscos na própria praia. Marluce descreve o trabalho e sua importância nos seguintes termos:

M. A gente não tá começando isso aqui agora. A pesca não tá começando agora; a pesca vem de muitos e muitos anos. Eu num era nem nascida quando o pessoal já pescava, entendeu? Então, quer dizer, tanto é que eu tomei gosto por isso, entendeu? E é uma coisa assim, assim, o mar é perigoso, é, mas tem gente que gosta e é um trabalho digno como outro qualquer. A pesca é um trabalho digno, entendeu? O sururu e o arrancar o sururu, tal, é uma coisa. Eu, por exemplo, eu não me vejo indo lá em Guarapari e comprando um marisco e vendendo aqui. Eu não gosto. Eu gosto de ir lá na ilha arrancar; eu gosto de eu acender o fogo e chegar aqui, ficar tudo sujo de carvão, e acender o fogo, entendeu?

A análise dos relatos de pescadoras e pescadores das localidades de Itapoã e Ilha das Caieiras indica que há uma divisão sexual do trabalho relacionada aos arranjos familiares e às concepções culturais que delimitam a separação de atividades permitidas a cada gênero. Conforme Sampaio, Santos e Souza (2013), geralmente, a divisão do trabalho na pesca confere à mulher as atividades realizadas em terra, enquanto ao homem são conferidas as atividades realizadas no mar. Segundo estes autores, essa divisão fundamenta a exploração do homem sobre a mulher.

Pierre Bourdieu (2002) mostra, em *A dominação masculina*, que na ordem do cultural é que se estabelecem as formas sutis de dominação simbólica, as quais são frequentemente internalizadas pelas mulheres.<sup>7</sup>

---

7 A divisão sexual do trabalho que se realizará em casa ou na rua estabelecerá os diferentes status e formas assimétricas de poderes diretamente relacionadas também às noções de público e privado.

Essa internalização modela as relações de poder que perpassam as organizações de representação dos trabalhadores da pesca, como pode ser visto na fala abaixo de uma entrevistada de Itapoã. Neste caso, os homens pescadores são vistos como autoridades quando comparados com as mulheres. Portanto, são eles que devem assumir a presidência da associação de pescadores.

**E.:** Tem que ser um pescador o presidente da associação?

**S.:** É eles mesmos que vão na maré. Os homens mesmo. Acho que eles que tem que ser o presidente. Tudo bem que a gente possa até compor a chapa, mas, na minha opinião, presidente de pescadores tem que ser o pescador, o homem.

Assim, as mulheres ficam incumbidas tanto das atividades domésticas como da atividade *extra* e *complementar* da pescaria. As atividades domésticas são por nós entendidas como o cuidado com a casa (arrumação), o cuidado dos filhos e das filhas (educação escolar, formação de caráter e cuidado com saúde) e o preparo do alimento para os membros da família.<sup>8</sup>

Alguns estudos problematizam o fato de a atividade pesqueira realizada fora do mar não ser reconhecida socialmente como pesca. Nos últimos anos, ao incluir mulheres no seguro-desemprego para a época de alguns tipos de defeso<sup>9</sup>, o Ministério da Pesca e Aquicultura<sup>10</sup> tem buscado superar essa situação. Mas, segundo Silva, Valença e Walter (2012), a atividade da cadeia produtiva da pesca que é realizada fora do mar continua a ser considerada como de pouca relevância ou é vista como extensão do trabalho doméstico e que, por ser entendido como obrigação social a ser realizado pela mulher, não precisa ser remunerado.

Nos trechos abaixo, as entrevistadas fazem uma avaliação da participação feminina na atividade pesqueira. Falam também do modo como sua participação nesta atividade é vista e relatam a diferença entre a remuneração recebida pela pescadora e a recebida pelo pescador que, geralmente, é superior, mesmo que o trabalho exercido pela mulher seja igual ao do homem.

8 A conciliação do trabalho na pesca com a atividade doméstica é relatada em vários estudos com pescadoras (FASSARELLA, 2008; KNOX, 2013; FURTADO e LEITÃO, 2013).

9 Ver <<http://www.mpa.gov.br/>>.

10 O ministério da Pesca e Aquicultura foi criado em 2009 e foi extinto com a reforma ministerial do governo de setembro de 2015. Segundo o site do MPA, “No ano de 2009, em 29 de junho, Dia do Pescador, foi sancionada a [Lei nº 11.958](#). Era, então, criado o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, atendendo ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do País. A criação do Ministério foi resultado de um esforço conjunto, entre Poder Público e Sociedade Civil. O marco inicial, no entanto, se deu em 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683), que criava a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR). O órgão federal, ligado à Presidência da República, ficou responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro no conjunto de seus anseios.”

**E:** O que os pescadores acham das mulheres no mar?

**P.:** Tem uns que falam que mulher não faz força. Quando a gente trabalha a rede eles pagam menos porque acha que a gente é mulher e não faz força. Ai a gente fala umas coisinhas pra eles e eles ficam quieto, agora tem outros que já elogiam a gente.

**M.:** Eles acham bom da gente tá ajudando. Mas tem uns que... acham legal também: “Oh, minha família tá aqui ajudando”.

Fassarella (2008) e Sampaio, Santos e Souza (2013) salientam que o trabalho desempenhado pela mulher na pesca é considerado como acessório ao trabalho do homem, ou seja, é visto como auxílio para aumentar a renda familiar. Esse paradigma contribui para que o trabalho da mulher seja invisibilizado. Concordando com esse diagnóstico, Furtado e Leitão (2013) dizem que,

Apesar de seus papéis ativos na atividade da pesca, as mulheres são, muitas vezes, consideradas ajudantes ou companheiras de pescadores, o que revela as dificuldades de reconhecimento de sua profissionalização na colônia de pescadores e nas instituições que validam sua posição de trabalhadora socialmente reconhecida na cadeia produtiva da pesca artesanal.

Outro fator que contribui para a naturalização desta divisão sexual do trabalho é o fato da mesma ser aprendida desde a infância. Conforme Fassarella (2008), os meninos se envolvem desde cedo na atividade profissional dos pais, exercidas fora de casa, enquanto as meninas cuidam das tarefas domésticas. Isso ocasiona a divisão do trabalho por sexo desde cedo. Este fato também foi observado por Silva, Valença e Walter (2012) e por Sampaio, Santos e Souza (2012).

Segundo Alencar, Maneschy e Nascimento (1995), pesquisas realizadas em comunidades pesqueiras do país mostraram que o trabalho da mulher na pesca é tão importante quanto o do homem. Santana (2010) salienta que o fato deste ponto de vista não ser unânime reforça a condição subordinada da mulher dentro da pesca. Além disso, conforme Stancki (2003), o homem é idealizado como provedor da família, o que também contribui para a manutenção da imagem de que a mulher é submissa ao homem pela dependência financeira.

Estudos recentes indicam a presença crescente de mulheres na atividade pesqueira em alto-mar e na pesca lacustre e continental em estados como Santa Catarina e Paraná. Estes estudos também indicam que o número de mulheres que pescam em alto mar é bem menor que o de homens, sendo mesmo considerado casos excepcionais em relação ao quadro geral da pesca litorânea no Brasil (GERBER, 2014). A ida ou não ida ao alto mar acontece, provavelmente, por transformações culturais e pelas maiores possibilidades

do controle da natalidade, visto que este tipo de pesca exige um afastamento da costa por mais tempo. Uma pescaria em alto mar de menor duração requer a passagem de, no mínimo, 3 dias longe do espaço doméstico. Já uma pescaria mais demorada pode requerer até 10 dias.

Partindo da importância do trabalho da mulher na pesca, sobretudo na pesca artesanal, devemos salientar que elas são essenciais para a manutenção do grupo pesqueiro. Como já dito, as mulheres são responsáveis pelo trabalho realizado nas proximidades do lar. Assim, gerenciam as atividades econômicas cotidianas e de educação formal da prole. Igualmente, se responsabilizam pela *gerência afetiva* da família, visto que a atividade pesqueira pode demandar períodos prolongados de ausência do marido. O relato de Rafaela mostra que a divisão sexual do trabalho é algo cultural, naturalizado, embora as pescadoras tenham certeza sobre a importância do papel que elas exercem para a manutenção do grupo pesqueiro.

**R:** É óbvio que uma mulher sabe cuidar de uma criança, cuidar de uma casa, dar uma faxina. Mas é aquela coisa cultural, então eu acho que é próprio do sustento e pra manter a raiz cultural da pesca artesanal.

As mulheres têm sido chamadas a desenvolverem estratégias de sobrevivência, conforme visto em Alencar, Maneschy e Nascimento (1995). Na Ilha das Caieiras e na praia de Itapoã elas têm sido, de fato, o ponto de resistência no trabalho da pesca, no pertencimento à manutenção cultural e na permanência e resistência à saída do local onde habitam. Essa resistência é necessária porque elas têm sido atingidas pelas mudanças ambientais, pelos empreendimentos desenvolvimentistas que têm caracterizado o litoral do Espírito Santo (KNOX e TRIGUEIRO, 2015) e pela especulação imobiliária que pressiona o poder público para uma urbanização da praia feita ao prazer dos grandes grupos da construção civil.

### **Narrativas sobre mudança ambiental e suas causas**

Foram identificados três grupos de percepção ambiental nas narrativas femininas. O primeiro é a descrição das mudanças ambientais, na qual o mangue (local de trabalho da maioria das pescadoras e marisqueiras de Ilha das Caieiras) é visto como um dos lugares mais afetados. Ao se relacionarem com o ambiente do manguezal, as pescadoras percebem, por exemplo, a diminuição na quantidade de mariscos. O fato de elas relacionarem a falta de mariscos às mudanças ambientais nos leva ao segundo grupo de percepções: aquele que inclui visões sobre as relações entre o meio ambiente, a poluição, a presença da indústria naval próximo ao mangue e as incidências dessas

variáveis no decréscimo do pescado. O terceiro grupo consiste em expor que a comunidade pesqueira é culpabilizada, pelas grandes empresas e pelos órgãos governamentais, tanto pelo decréscimo do pescado e da biomassa, como pelas grandes mudanças no ambiente pesqueiro. É nesse ambiente que diferentes atores pretendem concretizar diferentes empreendimentos imobiliários.<sup>11</sup> Neste último grupo de percepções há a explicitação de que, na realidade, as pescadoras são duplamente vitimadas.

Em meio à narrativa da crise da pesca e do decréscimo do pescado, algumas pescadoras explicitam a necessidade de buscar uma alternativa econômica. Elas relatam que têm agido/reagido ativamente frente a outras oportunidades de profissionalização como quando a prefeitura ofereceu cursos de capacitação para a formação da Cooperativa:

**L.:** Surgia a parte de capacitar os homem como pescadores e nós mulheres desafiadeira, né? Então nós seguramos. Por quê? Como a gente já falou no começo, já vem tudo prontinho. A gente segurava, os homem não entendia, e entendia mas não puderam ficar no curso. Então na época eles perderam redes, eles perderam barco, tudo porque não puderam se capacitar. Aí, quer dizer, se nós que são mulher dos pescadores, por que nós não poderia ganhar isso?

Marluci relata a crise da pesca relacionando-a com a atividade de pesca realizada ilegalmente pelas traineiras.<sup>12</sup> Quando aponta a existência de atividades econômicas altamente rentáveis e, por isso, permitidas, embora ilegais, mas que provocam danos ambientais enormes, ela explicita uma aguçada percepção ambiental. São estas atividades que são consideradas pelas pescadoras como as verdadeiras causas para os problemas ambientais surgidos. No trecho abaixo, referindo-se à pesca da sardinha, ela trata desse fenômeno:

**M.:** Às vezes é sardinha pequena, o IBAMA chega rapidinho. Não sei como os barcos grandes lá de fora eles não vão lá pegar. Não tem como a gente prever o que tá ali. Doido pra pegar um peixe, aparece um cardume lá e não tem como a gente saber se é só peixe pequeno. (...) em tempo que a gente não acha nem uma sardinha pra comer, nem pra remédio. São as traineiras. Elas que tão pegando tudo, porque se eles barrassem as traineiras, o peixe vinha pra cá. Uma época dessa não era pra gente tá aqui. Era pra gente tá pegando um monte de peixe, porque é essa época que dá peixe na praia, mas não tem peixe. Vocês podem ir lá, o dia inteiro o pescador fica lá sentado. (...)

11 É possível verificar que vários desses empreendimentos estão sendo licenciados ou solicitando licenciamento. Sobre essa questão, ver Knox e Trigueiro (2015). Ver também Anais do ICONACSO, disponível em <<http://http://www.conacsoufes.com.br/gts2.php>>.

12 Recentemente foi desvendada pela Polícia Federal uma máfia para licenciamento de embarcações grandes e traineiras. Ver <<http://www.dpf.gov.br/agencia/noticias/2015/10/pf-investiga-corrupcao-em-concessao-de-permissao-de-pesca-industrial>>.

O interessante a ressaltar neste depoimento é a inversão da imputação de que os pescadores seriam responsáveis pelo decréscimo pesqueiro. Insurgindo-se contra isso, as narrativas associam a crise do pescado com a atividade das traineiras.

Já em relação à legislação ambiental, elas relatam a confusão de informações e órgãos fiscalizadores:

**A.:** Falta esclarecimento por parte do IBAMA. Quando pode, e não pode, pegar o peixe?

**R.:** O IBAMA tá se confundindo falando que isso é culpa dos pescadores pequenos.

*Progresso* é outra noção que aparece na narrativa das pescadoras quando discutem as mudanças ambientais. Rafaela relata a chegada dos empreendimentos de construção civil no bairro Itapoã e a retirada de parte da comunidade pesqueira do antigo local de residência. Diz ainda que os empreendimentos da construção civil são de interesse privado e que a pressão que fazem resulta na saída da comunidade pesqueira.

O espaço onde moram está em litígio judicial e há um grupo que o reivindica para empreendimentos da construção civil. As entrevistadas falam da pressão constante que sofrem por parte da Prefeitura para que deixem de realizar o trabalho ali, sob o argumento de que as moradias da comunidade pesqueira enfream e sujam paisagem de Itapoã.

**M.:** Porque eles acham que aquele terreno é muito valioso, de frente pro mar. Eles querem fazer um prédio lá pra eles ficarem sentado lá olhando pro mar. Sempre um fiscal da prefeitura que vai lá conversar com a gente ele fala: “cê acha que o pessoal daquele prédio ali vai querer vocês limpando o peixe aqui? Vão querer pobre aqui? Vão querer pobre aqui na frente deles olhando pra vocês? Eles vão querer comprar o peixe na peixaria.” É isso que eles falam. Aonde a prefeitura entra, logicamente, a prefeitura também ganha alguma coisa ali.

Com relação à construção de empreendimentos urbanos, sobretudo no setor imobiliário e no setor portuário em Itapoã, as mulheres criam estratégias para manter-se no local.<sup>13</sup> Elas, por trabalharem próximas ao lar, senão no próprio lar, vivenciam as pressões cotidianas que, advindas de um poder simbólico, operam no sentido da invisibilização crescente da presença dos pescadores e pescadoras na área. Têm sido elas também que tentam se articular para reverter o processo. Não contam com a colaboração dos homens para tanto, visto que entre eles persiste um completo desalento com a atividade, o que resultou na imobilidade. O vídeo (*Des*)*Embarco: Paradoxos do cotidiano da pesca artesanal em Itapoã*, já citado anteriormente, traz imagens e relatos que explicitam e expõem visualmente essa situação.

13 Caso semelhante encontra-se em Silva, Valença e Walter (2012).

## Considerações finais

Neste artigo, mostramos que as mulheres têm um papel importante e central na unidade de produção familiar. Consideramos que a pesca artesanal é composta por um conjunto de atividades que vai da extração do peixe à venda do pescado. A família participa em vários momentos e de variados modos dessas atividades, logo, o produto da pesca é resultado do trabalho da unidade familiar. A atividade feminina nesta cadeia produtiva é invisibilizada porque não é considerada *trabalho*.

Outro ponto para reflexão é que existem práticas sociais que agem no sentido de aumentar a submissão feminina nesse campo. Um exemplo é a dificuldade institucional dos setores da pesca para reconhecer o trabalho feminino como parte desta cadeia produtiva. Apenas recentemente as mulheres têm conseguido receber o seguro-desemprego quando há o período do defeso de algumas espécies. Além disso, as relações profissionais e sua representação política são sempre permeadas por instituições cuja representação se faz pelos pescadores do sexo masculino. Pode-se dizer que, via de regra, elas não constituem suas próprias associações e se submetem a estruturas masculinas de poder que aumentam a invisibilidade feminina.

Os pescadores e pescadoras têm vivido um processo histórico de marginalização social, já relatado por outros estudos (SILVA,1999), que atualmente parece se acentuar. Em função disto, eles e elas não têm conseguido se manter na atividade produtiva pela qual adquiriram conhecimentos e habilidades. Isso os tem impelido a procurarem outras formas de rendimento, conseguindo apenas em algumas situações. Sem alternativas suficientemente adequadas para enfrentar novas realidades, notadamente no campo educacional, vivem em um perigoso estado de vulnerabilidade social.

Transformações sociais e econômicas estão em curso e não se pode dizer que os pescadores estejam em boas condições para enfrentar estas mudanças. Um dos problemas mais gritantes diz respeito à *gentrificação* (NEIL, 1986 e 2007), processo no qual o Estado investe recursos públicos em áreas carentes, resultando na sua valorização. Harvey (2014) entende essa dinâmica como parte da aplicação do excedente de capital para o mesmo continuar a se multiplicar, reproduzindo a concentração e exclusão próprias do sistema capitalista. Alguns grupos do setor privado e de dentro do próprio Estado se beneficiam com este movimento, enquanto a população que lá vive é expulsa para dar espaço à urbanização.

Vários autores denominam esse processo de *modernização seletiva*, entendida como aquela que produz a emergência de alguns cidadãos, mas,

principalmente, muitos outros sub-cidadãos. Estes últimos não têm direito à urbanização da cidade ou direito a uma cidade mais humana e mais democrática (SOUZA, 2003; LEFEBVRE, 2008).

Entendemos que é necessário o planejamento de políticas públicas para o setor pesqueiro como um todo. Para as pescadoras (marisqueiras, desfiadeiras etc.), em particular, é necessário o estabelecimento de instrumentos de empoderamento que desvelem formas específicas de organização e ressaltem a importância da atuação feminina.

Nas duas áreas estudadas foi observada a atuação das mulheres, a qual tem sido de fundamental importância para as famílias pesqueiras e para o reordenamento desta atividade. A participação delas impulsionou o surgimento de novas alternativas econômicas, como a valorização do pescado através da agregação de valor produzido pela culinária. Na praia de Itapoã, elas têm conseguido barganhar o seu valor, criando formas de persistência no local, aumentando o custo de sua expulsão para o capital e tornando o processo de urbanização/especulação e expulsão das populações nativas menos naturalizado.

Por estarem mais próximas dos desafios cotidianos do local onde vivem, as mulheres podem representar não só suas causas particulares, mas as causas da comunidade pesqueira. Falta-lhes ainda se apropriarem dos espaços delegados aos homens (como as associações de pescadores das duas regiões que estão esvaziadas e divididas entre as lideranças masculinas), e se permitirem ficar neles, mesmo com as (possíveis) críticas dos homens.

## Referências

- ALENCAR, E.; MANESCHY, M. C.; NASCIMENTO, I. Pescadoras em busca de cidadania. In: ALVARES, M. L.; D'INCAO, M. A. **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia.** Belém: GEPEM/ Museu Paraense Emílio Goldi, 1995.
- ALVES, A. **Os argonautas do mangue.** Campinas: Editora da Unicamp/ Imprensa Oficial, 2004.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- FASSARELLA, S. S. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Ser Social.** v.10, n.23, 2008.
- FURTADO, G. S.; LEITÃO, M. R. F. A. Gênero e pesca: o Conselho Pastoral da Pesca (CPP). In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, 2013, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2013.



- GERBER, R. M. Uma aventura antropológica: a perda da inocência. **Cadernos de Campo**. n. 23. São Paulo, 2014.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- KNOX, W. A pesca artesanal marítima e as atividades turísticas no litoral do RN. In: LEITE, M. R. F. A. L. (org.). **Gênero, trabalho e pesca artesanal: troca de saberes entre academia e comunidades tradicionais**. Recife: Editora UFRP, 1. ed., 2013.
- KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. A pesca artesanal do litoral do ES. In: KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. (orgs.) **Narrativas saberes e conflitos na pesca artesanal**. Vitória, Edufes, 2015.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- NEIL, S. **Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space. In Gentrification of the city**. New York: Routledge, 2007.
- SAMPAIO, R. M. A., SANTOS, E. A., SOUZA, R. M. O mito do trabalho invisível e estratégias de sobrevivência das pescadoras em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, Brasil. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, 2013, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2013.
- SANTANA, M. C. S. O trabalho faz e (re)faz o gênero: rede de pescarias e catações na Ilha Mem de Sá/SE. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9**, 2010, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2010.
- SILVA, P., VALENÇA, M., WALTER, T. Qual é o elo mais frágil da cadeia produtiva do pescado? Uma análise sobre o processo de expulsão das mulheres que atuam na pesca artesanal na região metropolitana de Recife/PE. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, 2012, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2012.
- SILVA, L. G. **Os pescadores na história do Brasil: colônia e império**. Recife: Vozes, 1998, v.1.
- SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2003.
- STANCKI, N. Divisão sexual do trabalho: a sua constante reprodução. In: **Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia**, 2003, São Paulo. Anais. São Paulo: PUC, 2003.

Recebido em 4 de janeiro de 2015

Aceito para publicação em 29 de março de 2015

